

**HORTA, JUNHO DE 2005**  
**António Marinho**

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo

As últimas semanas foram dominadas pelo “tempo agreste” que se tem feito sentir, vindo dos lados de Lisboa. Furando as expectativas abertas pelas previsões de “sol e praia” apresentadas ao longo de três anos pelo Partido Socialista, caso se concretizasse a sua chegada ao poder, e em especial com o optimismo adicional que marcou as mais recentes, que começaram a circular após a infeliz e desastrada decisão do Senhor Presidente da República de dar por finda uma maioria parlamentar, afinal foi o “mau tempo” que veio por aí abaixo.

Obviamente que quem sempre teve o cuidado de acompanhar, de forma séria e regular, a evolução das “frentes” e “anticiclones” da economia portuguesa, sabia bem que as fracas condições criadas pelo “tornado” orçamental do PS, que passou por Portugal entre os anos de 1998 e 2001, não se encontravam dissipadas. Havia um trabalho ainda mais intenso por fazer e só com desonestidade, ou com sofreguidão de natureza eleitoralista, o que vem a dar no mesmo, se poderia admitir o contrário.

Façamos um resumo do que tem acontecido.

Dois meses após a posse do governo, com a preciosa ajuda do Governador do Banco de Portugal, que resolveu dar uns dias de “férias” à reconhecida e estatuída independência do banco central, foi criado um facto, a surpresa em relação ao défice orçamental, para justificar a inevitabilidade de uma fase “tempestuosa” nos próximos anos.

É certo que no seu discurso eleitoral, ou eleitoralista, o Partido Socialista sempre referiu que o défice orçamental português se situava acima de 5% do PIB sem medidas extraordinárias, facto que o relatório da comissão encarregada pelo governo PS de o avaliar confirmou, ao situá-lo em 5.4% no fim de 2004. Como a mera confirmação da percentagem não justificava que se mandassem “às malvas” as promessas eleitorais que tinham originado a vitória nas eleições, houve que dirigir a atenção para outro valor.

Nesse sentido, passou-se a falar num défice previsional para 2005, estranhamente, diga-se de passagem, já que é um ano em que a responsabilidade da condução da política orçamental só pode recair sobre o governo socialista, dado que os poucos meses da responsabilidade do governo anterior foram de mera gestão. Pejada de considerandos e premissas, nem todas razoáveis, mas obviamente conducentes à engorda do “monstro” para tornar tudo mais convincente, eis que surge a percentagem mágica e mirabolante de 6.83%. Mesmo assim, deve referir-se que esta percentagem era completamente ajustável ao discurso do PS no encerramento da discussão do Orçamento de Estado para 2005, adjudicado ao dirigente socialista que actualmente exerce as funções de Presidente da Assembleia da República. Nesse discurso, que ficou esquecido, ou que se tentou fazer

esquecer mas que foi oportunamente recordado, afirmava-se que o défice se situava acima de 6%. Falar em “surpresa” cheirou, por isso, a mera encenação.

E, efectivamente, a cena ficou montada, embora isso signifique que se passou a admitir a preocupação, antes apelidada de obsessão, pela resolução do problema do défice, aliás despoletado pelo próprio PS quando desbaratou as finanças do país em tempo de subida do ciclo económico. Significa também que se passou a considerar que as medidas adoptadas pelos governos que se sucederam à fase de descalabro socialista, não só apontavam em bom sentido, como era necessário que fossem muito mais incisivas.

Curiosamente, desta vez, o Senhor Presidente da República optou, por via postal, por também dar um contributo, apoiando a estratégia através de uma inusitada carta dirigida aos parceiros sociais, o que reforçou a incoerência e falta de independência que caracterizaram a parte final do seu segundo mandato.

As promessas socialistas começaram então a cair, como raios de uma trovoadá intensa. Uma a uma, dia após dia, hora após hora. Neste momento, conhecida a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento português para o período até 2009, desapareceram quase integralmente. Até o “cavalo de batalha” que constituiu a redução do desemprego ficou com os dias contados, aumentando até 2006/2007. Em 2009, mantém-se ainda a um nível superior ao que foi alcançado em 2004. Quanto a percentagens significativas de crescimento económico, antevêm-se lá para o longínquo ano de 2009, uma estimativa que pode ser considerada magia ou adivinhação, sendo um desafio gritante ao bom-senso das técnicas sérias de previsão.

Pois bem, perante as medidas, duras e necessárias certamente, o que se pode dizer?

Que algumas são de “bom-tom” e de venda fácil aos portugueses, mas têm uma limitada eficácia na redução do défice, seja imediata ou a prazo. Que outras, sendo mais eficazes, só a prazo farão reflectir os seus efeitos, mas que podem contudo considerar-se acertadas, já que tendem a eliminar problemas estruturais da economia portuguesa, designadamente a nível do funcionamento da administração pública ou da aproximação dos sistemas vigentes de segurança social. E que há algumas de maior impacto, mas que são também as mais “fáceis”. Aquelas que não estancam a pluviosidade, mas que são apenas um guarda-chuva que pode abrigar por um momento, “mexendo” apenas do lado da receita e representando a “parte de leão” na descida do défice orçamental. No fundo, as medidas fundamentais para resolver o problema estrutural existente, que, como se sabe, se situa essencialmente a nível da despesa, são deixadas para outras núpcias, e sabe-se lá quando estas irão ter lugar.

Entretanto, os agentes económicos vão sofrer os efeitos. Especialmente com a medida que representará mais de metade da descida do défice em 2005, a subida em dois pontos da taxa normal do IVA, que atinge indiscriminadamente toda a população. Mas também com os outros focos de aumento da receita, resultantes do acréscimo de outros impostos, assim como com as que redundarão em redução de rendimentos do trabalho.

Sofrem os particulares, que terão que se conter em termos de consumo. Mas sofrem também as empresas, que terão que se confrontar, não só com reduções de vendas no mercado interno, mas também, inexplicavelmente, no externo, já que tenderá a existir uma quebra de competitividade dos produtos exportados, designadamente em relação a países com quem existem fortes laços comerciais.

Entretanto, há áreas que ficaram por tocar, onde pontua a possível aplicação de portagens em SCUT's para as quais existem vias alternativas. Agora, quando se fazem já sentir os efeitos da desorçamentação que lhes esteve e está associada, seria uma alternativa adequada ao efeito indiscriminado do aumento do IVA, situação diferente da que se verificava há três anos, aquando da anterior subida que afectou este imposto.

Contudo, para nós, afigura-se mais importante referir que a quase totalidade das consequências da “borrasca” também chegará aos Açores. No caso do aumento do IVA, verificar-se-á o mesmo acréscimo da taxa em dois pontos percentuais. Aliás, face à situação de partida, 13% nos Açores e 19% a nível nacional, os mesmos dois pontos representam um agravamento mais significativo na Região do que no Continente, sendo também mais profundos, conseqüentemente, os efeitos subseqüentes.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Perante tudo isto, o que disse o responsável pelas finanças regionais?

Disse que, tendo em conta a aplicação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a Região poderia obter 10 milhões e meio de euros de receitas adicionais com o IVA. E ficou praticamente por aí, apenas com uma leve referência aos efeitos do aumento desse imposto sobre o consumo, sem mais delongas em relação às consequências seguramente nefastas que a panóplia de medidas tomadas pelo Governo da República gerará para os agentes económicos regionais. O importante, ao que parece, é que haveria mais “dinheiro”, qual vontade de, lá para início do próximo ano, voltar ao palco e levar à cena, mais uma vez, uma peça que esteve na “berra” no início de 2005.

Curiosamente, também agora se valoriza mais a dimensão da receita pública do que as respectivas contrapartidas na dinamização da economia, um tipo de “argumento” que não foi escolhido por anteriores “encenadores” da cena política regional em situações semelhantes, nem é certamente um bom “enredo” para cativar patrocínios, embora possa ser apreciado por uns quantos espectadores.

Na verdade, em todo o mundo, ou pelo menos no mundo desenvolvido, a postura normal dos responsáveis governamentais das finanças públicas tem na sensatez e na discrição as suas características fundamentais. Aqui, como se encontra bem evidente desde Novembro passado, não é assim.

O actual episódio é apenas mais um de uma série de muitos outros que, estonteantemente, têm aparecido nos órgãos de comunicação social regional nos últimos seis meses, rompendo com o equilíbrio que sempre se associou aos anteriores responsáveis das finanças regionais. Nesse grupo incluímos também o último titular da pasta, ainda que tivesse igualmente estado enquadrado em governos socialistas, nos quais a mensagem sempre foi privilegiada em detrimento da acção.

Se fizéssemos uma pesquisa, seria provavelmente no próprio dia de tomada de posse deste Governo Regional que se poderiam encontrar os laivos de procura de protagonismo a todo o custo que se intensificaram a partir daí. Ou talvez mesmo antes disso, logo que se teve conhecimento da composição do governo, em que talvez desde logo se tenha revelado difícil resistir à “palavra fácil”, perante a recorrente procura de notícias por parte da comunicação social.

O estilo, contudo, terá ficado mais vincado a partir da discussão do Programa de Governo, quando se deu a primeira “ameaça”, através do anúncio de que haveria “excelentes notícias sobre a saúde financeira da Região”. Super-ávido de protagonismo, embora os eventuais créditos que existissem apenas pudessem reverter sobre o seu antecessor, o responsável pelas finanças regionais começou aí a lançar o cartaz da peça que mais tarde ganhou o título de “O superáвите”.

Afinal, para aquele responsável, podia esquecer-se que a Região era uma das mais pobres da União Europeia. Havia dinheiro para “dar e vender” e tudo se encaminhava para que se pudessem dispensar as ajudas comunitárias dentro de um prazo curto.

Alguns, onde me incluo, ficaram boquiabertos. Especialmente porque a espantosa declaração se fazia quando se encontrava em agenda a negociação das perspectivas financeiras da União Europeia para o período de 2007 a 2013. Certamente uma má altura para “fazer de rico”, pelas consequências, por enquanto desconhecidas, que poderiam daí resultar.

Devo dizer que quem manifestou espanto na altura já tem outra reacção actualmente. Provavelmente, esboça um sorriso, embora não se trate de um facto que devesse entrar no domínio da comédia.

A divulgação formal do dito “superáвите”, no entanto, ainda estava para vir. Ou seja, a “peça” acabou mesmo por estrear.

Nesse momento, abertas as portas do “teatro”, finalmente foi desvendado o “mistério”, até aí apenas com a ponta do véu levantada para alimentar as expectativas. Entretanto, o mesmo tem sido amplamente comentado, e nós próprios tivemos oportunidade de fazer a crítica da “peça” em Janeiro passado, ainda sem muitos elementos fundamentais, aqui nesta mesma Câmara. Foi, como estamos todos recordados, um episódio em que se verificou uma outra memorável dramatização, sendo outro o responsável pela “encenação e direcção de actores”, a qual se apresentou como a alternativa possível

perante a incapacidade de defesa face à mistificação disparatada com que um facto meramente conjuntural havia sido brindado.

Afinal, o que tinha ficado revelado era uma manifesta incapacidade de previsão de receitas, em que as que tinham surgido por “obra do acaso” não tinham qualquer mérito atribuível ao Governo Regional, já que em grande medida resultavam de acertos no IVA, calculado por capitação. Eram também notórias e relevantes as operações de desorçamentação, efectuadas por desvio de despesa para sociedades anónimas na órbita da administração regional, uma situação hoje óbvia em função de elementos solicitados por requerimento e que merecerão tratamento adequado em próximos plenários. Também o não pagamento atempado de dívidas, que facilmente se identificaram em diversos programas do Plano para 2005 aprovado em Maio, bem como as constatáveis por outros factos posteriores, acresciam ao “rol”, sendo nossa convicção que à medida que os dias passam, muito mais razões poderão desmascarar o triunfalismo balofo e a comédia em que se tornou uma peça que se pretendia apresentar como séria.

A última que apareceu à luz do dia foi a da assumpção, pelo próprio responsável das finanças regionais, de uma dívida de 95 milhões de euros do Serviço Regional de Saúde a fornecedores, para a qual se estão a procurar alternativas, pela via da desorçamentação pura e dura, para que não se engrosse ainda mais a lista dos “calotes”. Para não sair do tom de comédia, é o “superávite” no seu melhor.

Poderíamos ficar aqui umas quantas horas a falar. Poderia ser do atribulado processo das SCUT's de São Miguel e dos desastrosos episódios mais recentes ao mesmo associados. Ou da anedótica intenção de uma lição de gestão orçamental a dar ao país e à UE, ainda que o respectivo “guião”, perante o suposto, mas inexistente, êxito, tivesse que ser preparado pelo seu antecessor. Ou ainda da ridícula tentativa de reinvenção do conceito de dívida pública indirecta, primeiro quando a classificação de um aval como dívida da Região foi considerada como “total falsidade e uma incorrecção técnica”, e depois fazendo desaparecer esse conceito do Orçamento para 2005, quando o mesmo sempre tinha constado de instrumentos idênticos nos anos anteriores, situações que contrariam os teóricos mais reconhecidos das finanças públicas em Portugal.

Contudo, nem o Regimento da Assembleia nos dá essa possibilidade, nem tal se revela necessário para que tenhamos melhor consciência da mudança de estilo operada.

Curiosamente, ou talvez não, alguma sobriedade no discurso e na postura só agora apareceu. A “poupança” nas palavras surgiu com o mero destaque dado ao “dinheirinho” captável na sequência do programa de austeridade nacional em curso. Mas surgiu em mau momento, porque se impunha, agora sim, um comentário mais incisivo, em vez do “ruidoso” silêncio que se seguiu em relação aos efeitos do mesmo na economia açoriana.

A esse propósito, é bom lembrar que o discurso de há três anos foi diferente e bem mais duro, face a um programa de contenção com configuração e efeitos idênticos, diferença que só se pode explicar pela mudança de protagonistas no Governo da República.

Na altura foi classificado como um verdadeiro “golpe de estado” para os Açores pelo Senhor Presidente do Governo. Agora, a opção foi pelos bancos de escola, através de uma mensagem escrita no quadro de aula, à laia de aviso bem-humorado, no sentido de que a Lei de Finanças Regionais não fosse mexida. Advertência pitoresca e eventualmente bem intencionada, mas manifestamente macia.

A verdade é que no Plano de Estabilidade e Crescimento português até 2009 se afirma que “o Governo, para além das medidas a adoptar em sede de Orçamento de Estado, preparará propostas de reforma do financiamento das Regiões Autónomas e Autarquias Locais. Conforme enunciado no Programa do Governo, as revisões da Lei das Finanças Regionais e da Lei das Finanças Locais são essenciais para melhorar a solidariedade financeira entre as Administrações Central, Regionais e Locais, devendo assegurar também que os esforços de consolidação orçamental sejam partilhados pelos diferentes níveis da Administração Pública”. Trata-se de um texto que nos faz pensar que a partilha, a verificar-se, se apresenta desfavorável para os Açores.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Finalizemos, voltando à postura que é utilizada hoje em dia na condução das finanças públicas na Região. Efectivamente, é essa a questão a que pretendíamos dar destaque nesta intervenção.

Acreditamos que a pretensa serenidade do seu responsável que ficou a marcar este último episódio, além de despropositada, já que agora se justificava uma reacção forte, foi apenas fruto de mera conviência e terá sido uma ligeira excepção. Antevemos que rapidamente vai regressar ao estilo a que estamos habituados há meio ano. Lamentamos, porque, em nosso entender, a mudança de atitude dos últimos meses não favorece os Açores. E recordamos com respeito, ou até, apetece-nos dizer, com alguma saudade, todos os que anteriormente exerceram esse cargo de forma responsável.

Vamos estar sujeitos a uma “intempérie” nos próximos anos. A irresponsabilidade socialista dos anos noventa a isso obriga. Não é, certamente, uma “sala de teatro” que nos dá melhor abrigo em relação aos estragos que irão ser causados.

Disse